Art. 2.º A 1.ª vara commercial do Porto ficarão pertencendo os escritórios do primeiro e segundo officio, e a 2.ª vara o terceiro e o quarto, que por este decreto é criado.

§ unico. O protesto das letras será lavrado em cada semana successivamente por cada um dos escritórios d'estas duas varas, a começar pelo do primeiro officio.

Art. 3.º Em todos os tribunales do commercio, a publicação em audiencia, e a tabella, a que se referem os artigos 51.º e 52.º do Codigo do Processo Commercial, ficam substituidos pela intimação, nos termos do Codigo do Processo Civil.

§ 1.º Estas intimações serão feitas no prazo improrogavel de cinco dias a contar do despacho que as originou.

§ 2.º A disposição d'este artigo não prejudica a publicação das sentenças em audiencia nos termos do Codigo do Processo Civil.

Art. 4.º É abolida a conferencia de advogados a que se refere o artigo 58.º do Codigo do Processo Commercial.

Art. 5.º Em processo commercial podem juntar-se documentos em primeira instancia até a constituição do jury, e em grau de appellação e de revista até as respectivas audiencias de discussão e julgamento.

Art. 6.º O arbitramento, por meio de exame ou vistoria, para averiguação de algum facto e a exhibição de originaes de publicas formas, juntas aos autos, só podem ter logar em primeira instancia quando requeridos até tres dias antes do pela primeira vez designado para a discussão e julgamento, em processo commercial, e até tres dias antes d'aquelle em que for o processo continuado com vista ao advogado de autor em processo civil.

§ 1.º Tratando-se de exame em documentos juntos posteriormente, ou de publicas formas nas mesmas condições, esse exame e a exhibição dos originaes só podem ter logar quando requeridos pela parte contraria dentro do prazo da vista d'esses documentos.

§ 2.º Em processo commercial, porem, e quanto ao exame em documentos, será ainda preciso que o tribunal decida que essa diligencia é necessaria.

§ 3.º Em segunda instancia e em tribunal de revista não poderá em caso algum ter logar essa diligencia.

§ 4.º Tendo sido annullado o julgamento de primeira instancia, pode requerer-se arbitramento, por meio de exame ou vistoria, e a exhibição de originaes dos documentos juntos em publica forma, nos termos e prazos fixados neste artigo.

Art. 7.º O disposto nos dois artigos anteriores não prejudica o direito de deduzir artigos de falsidade, nos termos dos artigos 336.º e seguintes do Codigo do Processo Civil e 420.º e seguintes do Codigo do Processo Commercial, mas neste caso o julgamento da causa não aguardará o d'esses artigos.

Art. 8.º O additamento do rol de testemunhas não poderá ter logar depois de ter sido já inquirida, por carta ou nos termos do artigo 270.º do Codigo do Processo Civil, alguma testemunha e em processo commercial, depois de ter sido addiada a audiencia de discussão e julgamento, não podem additar-se ou offerecer-se em substituição testemunhas que tenham de ser inquiridas por meio de carta, podendo no entanto a parte obrigar-se a apresentar as testemunhas de fora da comarca.

Art. 9.º Nas execuções de sentenças dos tribunales de commercio não poderá deduzir-se nem será recebida a excepção de incompetencia em razão das pessoas.

Art. 10.º Este decreto, que será sujeito á apreciação da proxima Assembleia Nacional Constituinte, entra immediatamente em vigor, e as suas disposições sobre processos applicar-se-hão a todos os processos pendentes, subsistindo porem as respectivas decisaes que tenham passado em julgado.

Art. 11.º Fica revogada a legislação em contrario, subsistindo as disposições não alteradas do decreto de 2 de novembro de 1899.

Determina-se portanto que todas as autoridades, a quem o conhecimento e a execução do presente decreto com força de lei pertencer, o cumpram e façam cumprir e guardar tão inteiramente como nelle se contém.

Os Ministros de todas as Repartições o façam imprimir, publicar e correr. Dado nos Paços do Governo da Republica, em 26 de maio de 1911.—*Joaquim Theophilo Braga*—*Antonio José de Almeida*—*Bernardino Machado*—*José Relvas*—*Antonio Xavier Correia Barreto*—*Amaro de Azevedo Gomes*—*Manuel de Brito Camacho*.

MINISTERIO DAS FINANÇAS

Secretaria Geral

Hei por bem decretar, para valer como lei, a passagem á disponibilidade do amanuense da extincta Direcção Geral das Contribuições Directas, João Cinatti Serzedello. Paços do Governo da Republica, em 26 de maio de 1911. — O Ministro das Finanças, *José Relvas*.

Por ter saído com inexactidão no *Diario do Governo* de 6 do corrente mês, novamente se publica o seguinte decreto:

Attendendo á classificação obtida pelo segundo official do quadro da central, 1.ª e 2.ª Repartições da Direcção Geral da Contabilidade Publica, Sebastião Augusto da Costa Leal, no concurso realizado em 22 de junho de 1910: hei por bem promovê-lo ao logar de primeiro official, vago no quadro da 8.ª Repartição da mesma Direcção Geral, pela aposentação concedida, por decreto da presente data, a Carlos Augusto Arbués Moreira, contando-se ao agraciado a antiguidade, nesta classe, desde 11 de julho de 1910,

sem contudo ter direito á respectiva differença de vencimento. Este decreto vale como lei.

Paços do Governo da Republica, em 5 de maio de 1911.—O Ministro das Finanças, *José Relvas*.

Conselho Superior de Administração Financeira do Estado, em 6 de maio de 1911.—Visto.—*Joaquim Pedro Martins*.

Direcção Geral da Contabilidade Publica

De conformidade com a disposição 2.ª do decreto com força de lei de 11 do corrente que remodelou os quadros das direcções geraes do Ministerio das Finanças:

O Governo Provisorio da Republica Portuguesa faz saber que em nome da Republica se decretou, para valer como lei, o seguinte que entrará immediatamente em execução:

Artigo 1.º Fica addido á Direcção Geral da Contabilidade Publica o pessoal dependente do Ministerio do Fomento, constante da lista annexa ao referido decreto de 11 do presente mês, sendo-lhes garantidos os vencimentos na mesma constantes, enquanto não for provido nas vagas que se derem no quadro dos terceiros officiaes da mencionada Direcção Geral.

Art. 2.º Os empregados a que se refere o artigo anterior são eliminados dos quadros e relações do pessoal pertencente ao Ministerio do Fomento e transferida do capitulo 7.º, artigo 89.º, secção 2.ª da sua tabella da distribuição da despesa ordinaria provisoriamente em vigor para o corrente anno economico a importancia de 833\$400 réis correspondente aos seus vencimentos dos meses de maio e junho do mesmo anno, para o capitulo 14.º, artigo 148.º, secção 1.ª da respectiva tabella orçamental do Ministerio das Finanças.

Art. 3.º Fica revogada a legislação em contrario. Determina-se portanto que todas as autoridades, a quem o conhecimento e a execução do presente decreto pertencer, o cumpram e façam cumprir e guardar tão inteiramente como nelle se contém.

Os Ministros das Finanças e do Fomento o façam imprimir, publicar e correr. Dado nos Paços do Governo da Republica, em 26 de maio de 1911.—*José Relvas*—*Manuel de Brito Camacho*.

2.ª Repartição

O Governo Provisorio da Republica Portuguesa faz saber que em nome da Republica se decretou, para valer como lei, o seguinte:

É transferido do capitulo 10.º artigo 65.º, da tabella da despesa do Ministerio das Finanças, que provisoriamente vigora no anno economico de 1910-1911, para o capitulo 13.º, artigo 136.º, secção 1.ª da mesma tabella, a importancia de 1:700\$000 réis para pagamento de ajudas de custo a abonar ao pessoal de fazenda que tiver de ser legalmente deslocado por conveniencia de serviço.

Os Ministros de todas as Repartições o façam imprimir, publicar e correr. Dado nos Paços do Governo da Republica, em 26 de maio de 1911.—*Joaquim Theophilo Braga*—*Antonio José de Almeida*—*Bernardino Machado*—*José Relvas*—*Antonio Xavier Correia Barreto*—*Amaro de Azevedo Gomes*—*Manuel de Brito Camacho*.

O Governo Provisorio da Republica Portuguesa faz saber que em nome da Republica se decretou, para valer como lei, o seguinte:

É transferido do capitulo 8.º, artigo 49.º, secção 2.ª da tabella da despesa do Ministerio das Finanças, que provisoriamente vigora no anno economico de 1910-1911 para os artigos da mesma tabella abaixo designados, a importancia de 3:985\$200 réis destinada a occorrer no actual anno economico aos encargos da divida publica interna e externa:

Capitulo 6.º, artigo 43.º, secção 1.ª.....	13\$050	
Capitulo 6.º, artigo 44:		
Secção 2.ª.....	1:334\$250	
Secção 3.ª.....	967\$740	
Secção 5.ª.....	1:536\$740	3:840\$750
Capitulo 9.º, artigo 50.º:		
Secção 1.ª.....	46\$800	
Secção 2.ª.....	84\$600	131\$400
		<u>3:985\$200</u>

Os Ministros de todas as Repartições o façam imprimir, publicar e correr. Dado nos Paços do Governo da Republica, em 26 de maio de 1911.—*Joaquim Theophilo Braga*—*Antonio José de Almeida*—*Bernardino Machado*—*José Relvas*—*Antonio Xavier Correia Barreto*—*Amaro de Azevedo Gomes*—*Manuel de Brito Camacho*.

Direcção Geral das Contribuições e Impostos

A simplificação do serviço de operações e lançamento de contribuições é para a Estado de inapreciaveis vantagens: evita erros e reclamações, desembaraça e auxilia a acção regular das respectivas repartições, facilita a conveniente fiscalização e, consequentemente, reduz as despesas publicas.

Por seu turno o contribuinte sabe, de antemão e sem necessidade de complicados calculos e estudos de leis, o que tem a pagar, e se o que lhe é exigido corresponde, rigorosamente, á quota com que lhe cumpre contribuir.

A pratica d'esta doutrina impõe-se, pois, pelo grande interesse geral a que attende.

Para se conseguir o fim em vista torna-se necessario incorporar no principal das contribuições directas do Es-

tado, tanto quanto possivel, os addicionaes que sobre ellas recaem; e, nesta orientação:

Manda o Governo Provisorio da Republica Portuguesa, pelo Ministerio das Finanças decretar, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º A partir do dia 1 do proximo mês de julho serão incorporados na verba principal das contribuições e impostos os diversos addicionaes para o Estado, que, nos termos da legislação em vigor, recaem sobre esses impostos e contribuições.

Art. 2.º Em diploma especial se regulamentará a execução do presente decreto.

Art. 3.º Fica revogada a legislação em contrario.

Determina-se portanto que todas as autoridades, a quem o conhecimento e execução do presente decreto com força de lei pertencer, o cumpram e façam cumprir e guardar tão inteiramente como nelle se contém.

Paços do Governo da Republica, em 26 de maio de 1911.—*Joaquim Theophilo Braga*—*Antonio José de Almeida*—*Bernardino Machado*—*José Relvas*—*Antonio Xavier Correia Barreto*—*Amaro de Azevedo Gomes*—*Manuel de Brito Camacho*.

Convindo evitar que, por motivo de aglomeração de serviço nos tribunales judiciais, haja morosidade na instrução e julgamento dos processos por transgressão do imposto do sello, que nos termos do artigo 197.º do regulamento de 9 de agosto de 1902 eram das attribuições d'aquelles tribunales:

Hei por bem decretar o seguinte:

Artigo 1.º Todos os autos por transgressão dos preceitos que regem o imposto do sello, a que somente seja applicavel a pena de multa, serão enviados pelas vias competentes, no prazo de tres dias, aos escritórios de fazenda do bairro ou concelho em que se tiver verificado a transgressão.

Art. 2.º Os escritórios de fazenda, depois de verificarem se os autos foram levantados nos termos legais, intimarão o transgressor e o empregado que houver autoado a transgressão, e bem assim as testemunhas do auto e as que o transgressor quiser dar para sua defesa, não excedendo a tres, para no prazo de oito dias comparecerem na Repartição de Fazenda e verem julgar a transgressão.

§ 1.º Se o transgressor e o empregado que houver imposto a multa declararem que renunciam ao recurso a que se refere o artigo 3.º d'este decreto, o julgamento far-se ha pela verdade sabida, sem estricte observancia de formulas, proferindo o escrivão despacho no qual considerará subsistente ou insubsistente a transgressão e lavrando-se em seguida auto em que se consigne a declaração da renuncia ao recurso.

§ 2.º Fora da hypothese prevista no paragrapho anterior, o escrivão de fazenda, ouvidas as testemunhas, cujos depoimentos serão escritos com a maior concisão possivel, proferirá despacho fundamentado julgando subsistente ou insubsistente a transgressão, fixando a importancia da multa, bem como a do imposto do sello que deixou de ser paga, e designando a pessoa ou pessoas responsaveis pelo seu pagamento.

§ 3.º Este despacho será logo intimado ao empregado que houver autoado a transgressão e aos transgressores, que declararão se querem ou não recorrer, lavrando-se termo que será por todos assinado.

§ 4.º No caso de ser julgada subsistente a transgressão ou de renuncia ao recurso, o escrivão passará guias para na recebedoria competente o responsavel effectuar o pagamento do sello e da multa.

Art. 3.º Das decisaes dos escritórios de fazenda nos julgamentos das multas por transgressão dos preceitos que regem o imposto do sello, salvo a renuncia de que trata o § 1.º do artigo 2.º, cabe recurso para o Conselho da Direcção Geral das Contribuições e Impostos.

§ 1.º O recurso será interposto por meio de petição devidamente fundamentada e assinada pelo recorrente ou seu bastante procurador, dentro do prazo de cinco dias, contados da data da intimação do despacho que julgar a transgressão.

§ 2.º Os recorrentes poderão juntar á petição de recurso os documentos que julgarem necesarios a bem do seu direito.

§ 3.º Este recurso subirá no proprio processo, por intermedio e com a informação do delegado do thesouro, dentro do prazo de dez dias contados da data da referida intimação.

Art. 4.º Recebido o processo na Direcção Geral das Contribuições e Impostos e precedendo parecer do auditor do Ministerio das Finanças, será apresentado na sessão do Conselho, o qual proferirá decisaes por accordo fundamentado. Se a transgressão for julgada subsistente, será o transgressor condemnado, não só no sello e na multa, como tambem nas custas dos actos e termos do processo perante a Repartição de Fazenda, contadas pela tabella dos emolumentos e salarios judiciais nos mesmos termos em que é applicada nos tribunales das execuções fiscaes e administrativas.

Art. 5.º Das decisaes do Conselho da Direcção Geral das Contribuições e Impostos cabe recurso para o Supremo Tribunal Administrativo, quando interposto perante a Repartição de Fazenda, e pela forma prescrita no § 1.º, do artigo 3.º, dentro do prazo de dez dias, contados da data da intimação do accordo:

§ 1.º Para esta intimação, que deverá ser feita aos interessados pela mesma Repartição, será o accordo comunicado por copia ao escrivão respectivo.

§ 2.º O escrivão de fazenda, recebida a petição do recurso, enviá-la-ha com a certidão da intimação, dentro do

prazo de quarenta e oito horas, pelas vias competentes, á Direcção Geral das Contribuições e Impostos, a qual por sua vez enviará os mesmos documentos com o processo, dentro de igual prazo, ao Supremo Tribunal Administrativo.

§ 3.º Transitando em julgado o accordo, para a sua execução baixará immediatamente o processo á Repartição de Fazenda.

Art. 6.º Não se mostrando effectuado o pagamento do sello e da multa em divida, e bem assim das custas quando haja logar a ellas, tres dias depois de intimado ao transgressor o despacho a que se refere o § 3.º, do artigo 2.º, e cinco dias depois de expirado aquelle a que se refere o artigo 5.º e de publicada a resolução do Supremo Tribunal Administrativo, proceder-se-ha á cobrança coerciva nos termos do regulamento de 28 de março de 1895 e decreto de 31 de dezembro de 1897.

Art. 7.º Quando se der o caso de ser o escrivão de fazenda o interventor ou transgressor, serão os autos enviados ao delegado do Thesouro respectivo para os effectos d'este decreto.

Art. 8.º As disposições do presente decreto são applicaveis desde já a todos os processos que se acharem pendentes e aos que se instaurarem depois da sua publicação, ainda que provenham de actos anteriores a ella.

§ unico. Exceptuam-se os processos que se acharem pendentes nos tribunaes judiciaes, que continuarão ahi os seus termos até final julgamento.

Art. 9.º Fica revogado o disposto no artigo 225.º do regulamento de 9 de agosto de 1902 e bem assim toda a legislação em contrario.

Paços do Governo da Republica, em 26 de maio de 1911.—O Ministro das Finanças, José Relvas.

É indispensavel exercer uma fiscalização rigorosa sobre a arrecadação dos direitos de mercê e emolumentos das Secretarias de Estado e sello dos diplomas, que estiverem em divida, fiscalização que, para ser convenientemente feita pela Direcção Geral das Contribuições e Impostos, exige a pratica de certos preceitos, em periodos determinados, por parte das entidades, por quem correm os processos relativos ao pagamento d'aquelles tributos.

Manda, por isso, o Governo Provisorio da Republica Portuguesa, pelo Ministro das Finanças, o seguinte:

1.º A Direcção Geral das Contribuições e Impostos deve as repartições competentes devolver immediatamente as contas dos devedores dos direitos de mercê, sello e emolumentos das Secretarias de Estado, que já se encontrarem pagas, devidamente creditadas e descriminadas no verso das mesmas; procedendo-se identicamente com todas as outras contas, á medida que se completarem os respectivos pagamentos.

2.º A mesma Direcção Geral quando, por quaesquer circunstancias, os pagamentos d'esses tributos deixem de effectuar-se, serão tambem devolvidas as respectivas contas, no verso das quaes as repartições competentes annotarão a causa de terem cessado esses pagamentos.

3.º A referida Direcção Geral enviará trimestralmente aquellas repartições um mappa indicando o nome dos devedores e os pagamentos por elles effectuados em cada mês do respectivo trimestre.

Paços do Governo da Republica, em 25 de maio de 1911.—O Ministro das Finanças, José Relvas.

Direcção Geral das Alfandegas

1.ª Repartição

Por decreto de 23 do corrente:

Vicente Pessanha Vilhegas do Casal, terceiro aspirante das alfandegas, na situação de disponibilidade — collocado no quadro. (Visto do Conselho Superior da Administração Financeira do Estado, de 24 d'este mês).

Direcção Geral das Alfandegas, em 26 de maio de 1911.—O Chefe da 1.ª Repartição, João de Sousa Calvet de Magalhães.

MINISTERIO DA GUERRA

A bem dos superiores interesses da Republica Portuguesa, o seu Governo Provisorio ha por bem decretar, para valer como lei, o seguinte:

Artigo unico. É demittido de official do exercito o capitão do regimento de artilharia n.º 2 Luis Augusto Ferreira.

Determina-se portanto que todas as autoridades, a quem o conhecimento e a execução do presente decreto com força de lei pertencer, o cumpram e façam cumprir e guardar tão inteiramente como nelle se contém.

Os Ministros de todas as Repartições o façam imprimir, publicar e correr. Dado nos Paços do Governo da Republica, em 25 de maio de 1911.—Joaquim Theophilo Braga—Antonio José de Almeida—Affonso Costa—José Relvas—Antonio Xavier Correia Barreto—Amaro de Azevedo Gomes—Bernardino Machado—Manuel de Brito Camacho.

A bem dos superiores interesses da Republica Portuguesa, o seu Governo Provisorio ha por bem decretar, para valer como lei, o seguinte:

Artigo unico. É demittido de official do exercito o tenente de cavallaria, addido, com licença illimitada, D. José Inacio Castello Branco (Marquês de Bellas).

Determina-se portanto que todas as autoridades, a quem o conhecimento e a execução do presente decreto com

força de lei pertencer, o cumpram e façam cumprir e guardar tão inteiramente como nelle se contém.

Os Ministros de todas as Repartições o façam imprimir, publicar e correr. Dado nos Paços do Governo da Republica, em 25 de maio de 1911.—Joaquim Theophilo Braga—Antonio José de Almeida—Affonso Costa—José Relvas—Antonio Xavier Correia Barreto—Amaro de Azevedo Gomes—Bernardino Machado—Manuel de Brito Camacho.

A bem dos superiores interesses da Republica Portuguesa, o seu Governo Provisorio ha por bem decretar, para valer como lei, o seguinte:

Artigo unico. São demittidos de officiaes do exercito os tenentes, do regimento de infantaria n.º 11 José Augusto Rebello, e do regimento de infantaria n.º 21 Eurico de Sampaio Saturio Pires.

Determina-se portanto que todas as autoridades, a quem o conhecimento e execução do presente decreto com força de lei pertencer, o cumpram e façam cumprir e guardar tão inteiramente como nelle se contém.

Os Ministros de todas as Repartições o façam imprimir, publicar e correr. Dado nos Paços do Governo da Republica, em 25 de maio de 1911.—Joaquim Theophilo Braga—Antonio José de Almeida—Affonso Costa—José Relvas—Antonio Xavier Correia Barreto—Amaro de Azevedo Gomes—Bernardino Machado—Manuel de Brito Camacho.

Se é certo que o Estado tem de garantir aos seus funcionarios os meios que, com justiça, representem uma remuneração pelos serviços que desempenham, tambem é verdade que não pode esse Estado deixar de assegurar-lhes a subsistencia quando pela sua incapacidade physica, avançada idade ou outras circunstancias, muito para attender, esses funcionarios deixam de estar em condições de prestar effectivo serviço. Este facto que se manifesta em todo o funcionalismo, assinala-se de preferencia na carreira militar, mais do que nenhuma outra sujeita a contingencias e aos maiores sacrificios.

O problema das reformas, para o qual se tem procurado em todos os paises uma solução satisfatoria, tem entre nós passado por diversas fases, nenhuma das quaes satisfaz cabalmente.

A presente lei dá reformas vazada nos moldes de 1887, mas completamente refundida de modo a conseguir depurá-la das formulas antiquadas em que aquella se baseava, contém disposições em virtude das quaes não só se concede aos officiaes, a partir dos quinze annos e por cada anno de serviço effectivo, vantagens successivamente maiores, como tambem procura dar-lhes compensações ao atraso que porventura possam ter soffrido na sua promoção como officiaes.

Consigna-se tambem o principio da obrigação, para o official da reserva saído dos quadros permanentes, de prestar serviço não só nas commissões que lhe forem attribuidas na lei organica do exercito, como tambem naquellas que forem determinadas pelo Ministerio da Guerra.

Este principio da mais alta moralidade, tem tambem uma feição accentuadamente economica, pois permite não só aproveitar, para o desempenho de certas commissões, homens competentes, cuja experiencia foi adquirida na execução de analogos serviços, como tambem libertar os officiaes do activo d'essas commissões que, por serem de character essencialmente sedentario, podem, sem prejuizo, ser desempenhadas por aquelles que, não tendo já o vigor physico indispensavel para os violentos serviços da actividade, podem, comtudo, ser ainda muito uteis ao seu pais.

Urgia, effectivamente, estabelecer em novas bases a reforma dos officiaes, introduzindo-lhe salutaes principios, de forma a conciliar os interesses do Estado e os d'aquelles funcionarios. Por estas razões, o Governo Provisorio da Republica decreta, para valer como lei, o seguinte:

O Governo Provisorio da Republica Portuguesa faz saber que em nome da Republica se decretou, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º As situações dos officiaes do exercito, pela saída definitiva do quadro activo, são as seguintes:

- 1.ª Reserva;
2.ª Reforma.

Art. 2.º São collocados na reserva:

- 1.º Os officiaes julgados incapazes do serviço activo do exercito, por uma junta hospitalar de inspecção;
2.º Os officiaes attingidos pelo limite de idade, fixado para o exercito activo na lei organica do exercito;
3.º Os officiaes que tiverem desistido de concorrer ou não houverem satisfeito ás provas especiaes de aptidão para o posto immediato.
4.º Os officiaes que tendo 35 ou mais annos de serviço e pelo menos 60 de idade requeriram para passar a esta situação.

Art. 3.º São collocados na reforma:

- 1.º Os officiaes julgados incapazes de todo o serviço do exercito, por uma junta hospitalar de inspecção;
2.º Os officiaes que tendo pertencido ao quadro activo attingem a idade de 70 annos.
3.º Os officiaes punidos com a pena de reforma por incapacidade profissional.

Art. 4.º A inspecção da junta hospitalar, a que se referem os n.ºs 1.º dos artigos 2.º e 3.º, pode realizar-se a requerimento do official ou por determinação do Ministro da Guerra.

Art. 5.º Os officiaes na situação de reserva poderão ser submettidos á observação de uma junta hospitalar de inspecção que avaliará se estão aptos para continuar na mesma situação ou incapazes de todo o serviço.

- a) No primeiro caso, continuarão na reserva;
b) No segundo caso, serão collocados na reforma.

§ unico. A observação da junta hospitalar de inspecção, a que se refere este artigo, poderá realizar-se, a requerimento do official ou por determinação do Ministro da Guerra.

Art. 6.º Os officiaes na situação de reserva são obrigados a prestar serviço:

- a) Nas commissões, de character permanente, que lhes forem attribuidas nas leis organicas do exercito;
b) Nas commissões eventuaes, compatíveis com as suas aptidões, que lhes forem determinadas pelo Ministro da Guerra.

§ unico. Os serviços desempenhados por estes officiaes darão direito á gratificação especial de exercicio fixada nos diplomas que os regulamentarem.

Art. 7.º A reforma será de tres especies:

- 1.ª Ordinaria;
2.ª Extraordinaria;
3.ª Por incapacidade profissional.

Art. 8.º Teem direito á reforma ordinaria os officiaes cuja causa de incapacidade não for um motivo concreto originado pelo serviço.

Art. 9.º Teem direito á reforma extraordinaria os officiaes cuja incapacidade de continuar no serviço se prove que proveio de ferimento, ou desastre grave occorrido em combate, ou na manutenção da ordem publica; ou foi adquirida por um motivo averiguado e determinado do cumprimento do dever militar.

Art. 10.º São compellidos á reforma por incapacidade profissional os officiaes a que se refere o n.º 3.º do artigo 3.º

Art. 11.º Os officiaes serão collocados na reserva ou reforma com o posto que tiverem e com o soldo indicado no artigo 12.º

Art. 12.º O soldo dos officiaes na situação de reserva ou reforma será o seguinte:

- 1.º Até aos 15 annos de serviço effectivo, inclusive, 50 por cento do soldo da patente;
2.º Por cada anno de serviço effectivo dos 16 aos 20, inclusive, mais 2 por cento do soldo da patente;
3.º Aos 20 annos de serviço effectivo, 60 por cento do soldo da patente;
4.º Por cada anno de serviço effectivo dos 21 aos 30, inclusive, mais 4 por cento do soldo da patente;
5.º Aos 30 annos de serviço effectivo o soldo da patente;
6.º Por cada anno de serviço effectivo, alem dos 30, mais 4 por cento do soldo das respectivas patentes para os coroneis, tenentes-coroneis, majores, capitães e subalternos;
7.º Por cada anno de serviço effectivo, alem dos 35, mais 2 por cento do soldo da patente para os generaes;

§ unico. Os vencimentos que se liquidarem, em virtude do disposto neste artigo, não poderão exceder os seguintes limites:

Table with 2 columns: Rank and Salary. Rows include General de divisão (transitorio) 180,000, General 160,000, Coronel 120,000, Tenente-coronel 90,000, Major 85,000, Capitão 75,000, Subalerno 60,000.

Art. 13.º Os officiaes que, no acto de passarem directamente do activo a qualquer das situações de reserva ou reforma, não tiverem ainda attingido o posto de capitão, major, tenente-coronel ou coronel, mas houverem já completado respectivamente 12, 22, 27 e 30 annos de serviço a contar da data em que forem considerados como tendo adquirido a effectividade do primeiro posto de official no exercito metropolitano terão direito, nos termos do artigo 12.º, ao soldo que lhes competiria se já houvessem adquirido essas patentes.

§ 1.º Para os effectos do disposto neste artigo os officiaes promovidos ao primeiro posto de official no exercito metropolitano anteriormente á vigencia da lei de 19 de outubro de 1901, serão considerados como se tivessem sido promovidos ao abrigo da mesma lei.

§ 2.º Para os effectos do consignado neste artigo os militares de qualquer arma ou serviço; que tenham sido ou venham a ser promovidos ao posto de alferes para irem servir no ultramar, onde completem o prazo de tempo exigido pela natureza do serviço ou da commissão que abi desempenhem, contarão o tempo de official desde a data em que lhes for dada collocação definitiva na escala de acesso da respectiva arma ou serviço.

§ 3.º Aos officiaes, cuja situação na respectiva escala tenha, por qualquer causa, sido alterada, será feita a contagem do seu tempo de serviço de official, para effectos do disposto neste artigo, pela do official da sua arma ou serviço que lhes ficar immediatamente á direita.

§ 4.º Nenhum official poderá, pela applicação do disposto neste artigo, ser considerado como tendo patente superior á mais elevada do quadro a que pertencer.

§ 5.º Aos officiaes reformados por incapacidade profissional e aos separados do serviço não são applicaveis as disposições exaradas neste artigo.

§ 6.º No almanach do exercito será mencionada para todos os officiaes a data em que principiam a contar o tempo para os effectos consignados neste artigo.

Art. 14.º O soldo dos officiaes a quem for concedida a reforma extraordinaria será o da respectiva patente, se, em virtude do disposto nos artigos 12.º e 13.º, não tiverem direito a outro superior.